

# Folha Nacional

17 DE MARÇO DE 2023 | SEMANAL | ANO 1 | 7ª EDIÇÃO | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

www.folhanacional.pt

## AUMENTO BRUTAL DOS PREÇOS DEIXA MILHÕES NO LIMIAR DA POBREZA

CHEGA QUER IMPEDIR “LUCROS PORNOGRÁFICOS” COM BENS DE PRIMEIRA NECESSIDADE  
BLOCO E PCP QUEREM TABELAR PREÇOS AO CONSUMIDOR

//PÁG. 04

nacional

**Avaria em navio leva militares a recusar missão da Marinha**

//PÁG. 09

economia e finanças

**DECO apresenta dezoito medidas para as famílias sobreviverem à crise**

//PÁG. 10

política nacional

**Autarca socialista condenado a perda de mandato**

//PÁG. 11

entrevista da semana

José Pacheco

**A IL e a esquerda nos Açores preferem ser calculistas e cobardes**

//PÁG. 06

destaque da semana

**CHEGA quer prisão perpétua para crimes monstruosos**

//PÁG. 07

## sumário



### Alunos sem avaliações finais. Docentes retomam greve dia 27

// pág. 08



### Três detidos por favorecimento na Câmara Municipal de Torres Novas

// pág. 09



### Cabrita responde como arguido por morte em estrada

// pág. 11



### CHEGA quer superar PSD em votos nas próximas legislativas

// pág. 12



### Autor de atentado do Daesh em Nova Iorque condenado a perpétua

// pág. 14



### Entrada gratuita no Aquário Vasco da Gama por um mês

// pág. 15



**Madalena Cordeiro**

Direção Nacional da Juventude CHEGA

## Liceu Camões, o território da não verdade

São dez horas e trinta minutos na Praça José Fontana. Sente-se um ambiente pesado. É difícil identificar a causa. Possivelmente fruto da hostilidade com que somos recebidos. Do cheiro que advém da nuvem de fumo criada pelos 'charros' que os jovens, entre os 15 e os 18 anos, têm nas mãos. Da ironia de estar uma coluna a passar o som desconcertante da Grândola Vila Morena para abafar as nossas vozes. Ou, até mesmo, do choque de perceber que as pessoas que organizaram o evento que está a ocorrer em simultâneo naquela escola, com a presença de uma deputada do Bloco de Esquerda, com o objetivo de esvaziar o conceito de mulher, são as mesmas que chamam a polícia, alegando que a deputada Rita Matias e os jovens do CHEGA não podem trocar ideias com as "crianças", por não ser democrático.

Dividimo-nos em pequenos grupos para tentar falar com os jovens que ali se encontram e, apesar da pouca receptividade do outro lado, rapidamente percebemos o que estamos a enfrentar – a geração do relativismo – a geração que afirma viver segundo a sua moral, que diz que o bem e o mal, a justiça e a injustiça não existem. Todo o seu diálogo é revestido por conceitos de tolerância, pelo reconhecimento em diálogo e pelo respeito de todas as opiniões, equiparando, assim, a verdade ao erro. O discurso de que se tem o direito a ser contraditório, ergue uma muralha que impede a penetração da luz da verdade.

É, para nós, muito difícil debater com os frutos da doutrinação ideológica, com quem não é intelectualmente honesto e com quem tem um nível de argumentação puramente emocional e pouco reflexivo. Ao desafiarmos os jovens a fazerem críticas ao CHEGA, constatamos que todas as respostas começam com "os meus professores" "na televisão" ou "nas redes sociais". Estão formatados com frases feitas e, quando estas terminam, não têm alternativa senão partir para as ofensas e ameaças. De todos os lados ouvimos frases como "Não podem estar aqui, não vos queremos aqui" "Era queimarem-se

vivos" "Vocês não são mulheres, envergonham-nos". Fica claro que as atitudes destes jovens não são coerentes com o seu discurso. Afirmam ser inclusivos, mas o CHEGA não pode estar ali. Defendem que todos têm o direito de expressar a sua opinião, mas o CHEGA não pode fazer declarações com as quais estes jovens não concordem, têm por isso o direito de queimar os nossos flyers. Todos têm o direito a identificar-se com o que desejarem, mas as jovens raparigas do CHEGA não são mulheres, assim o decidiram eles.

De facto, visitar as escolas e universidades do nosso país é experimentar um conceito novo de liberdade, uma liberdade unilateral.

A par do mencionado acima, também encontramos jovens que, por não estarem rodeados dos seus amigos, se sentem à vontade para serem honestos connosco. Partilham os seus medos e as suas preocupações enquanto jovens. Confessam que não têm coragem de expor as suas posições políticas com receio de serem excluídos, julgados ou até prejudicados. Após conversarem connosco, admitem estar surpreendidos pela positiva e identificam de muitas partes a tentativa de deformar o nosso trabalho. Agradecem pela nossa presença e pelo esforço que fazemos para abrir espaço a quem tem opiniões diferentes. Há, também, quem não concorde com o nosso partido, mas reconheça que somos a verdadeira oposição e os únicos com coragem para combater a doutrinação e a politização nas escolas. Revelam, ainda, a existência de grupos onde alguns docentes propagam a ideologia da não verdade, ficando clara, se dúvidas havia, a importância e a urgência do nosso combate.

Há um desejo comum a todos, o desejo de mudança. E, se a descrição deste espaço hostil suscita dúvidas sobre as razões que nos levam lá, que se saiba que continuaremos a ir até conseguirmos chegar a cada rapaz ou rapariga, vítima da doutrina relativista. E que não vamos parar até que a tão ansiada mudança seja uma aproximação da verdade, porque só a verdade liberta e o que não liberta, escraviza.



**Pedro Martins**  
Coordenador concelho  
de Vila Franca de Xira

## Mentes velhas matam Portugal

**D**e que vale termos disponíveis os maiores fundos europeus de sempre, quando temos um dos mais incompetentes governos da história?! Há quem diga que é falta de sorte, mas eu acho que foi o maior engano da III República e há uma explicação: António Costa explorou o medo dos portugueses, de forma hábil e vil e isso deu-lhe frutos imediatos – a maioria absoluta! Mas lá está, como diz o ditado, queres conhecer uma pessoa dá-lhe poder ou, neste caso, queres conhecer o verdadeiro partido socialista, dá-lhes a maioria absoluta e os resultados estão à vista.

O país está mergulhado num caos profundo, desde a educação à saúde, passando pelos transportes, habitação, enfim, é quase inacreditável observar um governo em funções, tão disfuncional e, em simultâneo, com um Presidente da República tão alienado da realidade. Há todo um padrão de fim dos tempos que já se respira e se vive, como se de um filme de Charlie Chaplin se tratasse...a cena vai andando ao som da música e o absurdo é permanente.

A diferença é que Chaplin era um génio do entretenimento e da arte e António Costa, de arte, só mesmo a de enganar os portugueses. No maior alinhamento de astros possível, o partido socialista teve desde 2016 até à invasão da Ucrânia, uma conjuntura internacional que provavelmente nunca mais se repetirá.

Os juros da dívida chegaram a estar negativos, as Euribor idem, o BCE a comprar dívida portuguesa como ninguém e um ciclo económico globalmente muito favorável. E tudo isto com o turismo em Portugal a crescer, em média, cerca de 7.2% ao ano nos últimos 9 anos. E hoje a pergunta que se impõe é: como é que com tantos ventos favoráveis, continuamos com uma carga fiscal recorde de ano para ano? Pois é, a resposta é SOCIALISMO! Não houve uma única reforma profunda no nosso país. Os anos foram passando e não foi apresentada nenhuma visão estratégica, nenhuma intenção para futuro, nada! Andámos, literalmente, ao sabor do vento, sem

aproveitar tudo o que tivemos na nossa mão e ao nosso dispor.

Mesmo agora, até com dinheiro “dado”, este governo não o consegue aplicar e colocar na economia ao serviço das pessoas e das empresas. A maioria dos fundos está a ir para tapar o buraco gigante que este executivo deixou, no que diz respeito ao investimento público, que foi dos mais baixos de sempre em democracia. Podíamos e devíamos estar a pensar num Portugal de futuro, com atração de empresas estratégicas e por consequência, atração de emprego altamente qualificado.

Podíamos e devíamos estar a pensar num Portugal de futuro, com um novo conceito de cidades mais sustentáveis e tecnológicas, que mantivessem as nossas tradições e que criassem novas dinâmicas, nomeadamente no interior profundo e desertificado do nosso país. Podíamos e devíamos estar a pensar num Portugal de futuro, onde os jovens se pudessem fixar, construir família, comprar casa e acreditar, num Portugal com uma fiscalidade altamente competitiva, arrojada e que acabasse com este sentimento que todos sentimos no dia a dia: o saque fiscal.

Podíamos e devíamos estar a pensar num Portugal de futuro, onde os mais idosos não tivessem medo de viver, pois muitos deles vão sobrevivendo com reformas que chegam a ser metade do salário mínimo búlgaro, que é o mais baixo da Europa. Podíamos e devíamos estar a pensar num Portugal de futuro, onde os criminosos são de facto condenados da mesma maneira, sejam ricos ou pobres e com penas adequadas e justas, e não esta bandalheira que temos, em que criminosos ricos, maioritariamente, nunca chegam a ser condenados e outros têm penas que chegam a ser menos de metade de outros países europeus para os mesmos crimes.

Podíamos e devíamos estar a pensar num Portugal de futuro, de facto. Em jeito de conclusão, o que precisamos é de mentes novas que nada têm a ver com a idade física, mas sim com as conceções ideológicas, experiência de vida e amarras partidárias, que têm condenado o nosso Portugal à miséria e à morte.



**Jorge Pereira**  
Deputado Municipal  
em Vila Nova de Gaia

## O desmantelamento progressivo das Forças Armadas

**A**s Forças Armadas atravessam uma profunda crise que pode colocar em causa a sua própria existência. Esta crise tem na sua essência um desprezo inato, mas muitas vezes dissimulado, que todos os partidos de esquerda nutrem pelas forças policiais e militares quando a sua manutenção no poder não depende destas.

Esta crise nas Forças Armadas assenta em dois problemas principais: o primeiro, desde logo, a falta de investimento, que se reflete na carência e obsolescência de equipamentos e infraestruturas. O segundo, também com acentuada origem na falta de investimento, é a preocupante falta de efetivos, tanto no que diz respeito à sua captação, como na sua retenção.

Em relação à falta de investimento, o governo rasgou o compromisso acordado em 2014 com a NATO para que o nosso Orçamento para a Defesa representasse pelo menos 2% do PIB nacional já em 2024. Com total irresponsabilidade, o primeiro-ministro afirmou que esse compromisso só seria cumprido no final da década, colocando em causa a credibilidade do país perante os nossos aliados.

Segundo as estatísticas oficiais, Portugal investe neste momento, em Defesa, sensivelmente 1,5% do PIB, mas a realidade não é essa. Esse 1,5% inclui também o Orçamento da GNR (aproximadamente 869 milhões de euros), que não deveriam ser contabilizados na rubrica da Defesa Nacional, uma vez que a GNR em tempo de paz está sob a tutela do Ministério da Administração Interna.

Este “truque” contabilístico permitido pela NATO para os países que têm forças de segurança do tipo “gendarmeries”, permite ao governo apresentar um investimento em Defesa a rondar o 1,5% do PIB, quando este na realidade não ultrapassa os 1,1%, muito longe dos 2%, já pedidos como mínimo, pela NATO. Aliás, a própria Ministra da Defesa reconheceu há pouco tempo atrás que existe uma “pressão política” para que os Estados-membros da NATO ultrapassem os 2% do PIB em investimento na Defesa.

Este nível de investimento, claramente insuficiente na Defesa Nacional, está a colocar as Forças Armadas

numa situação limite que é transversal a todos os ramos, e mesmo que esta tendência fosse revertida hoje, demoraríamos muitos anos a atingir um patamar equivalente aos dos nossos aliados da NATO.

No que diz respeito à falta de efetivos, a situação pode ser considerada como catastrófica, estando já em causa, não só as missões atribuídas às Forças Armadas no âmbito nacional, como os compromissos assumidos com os nossos parceiros e aliados.

Assim, e desde 2015, as Forças Armadas já perderam perto de 4.000 efetivos, com uma especial incidência na categoria de praças. Em dez anos, as Forças Armadas perderam mais de 9.000 militares, o que representa uma queda de 26%. Num país europeu, membro fundador da NATO, e com especiais responsabilidades geoestratégicas, estes números deveriam fazer soar todos os alarmes, provocando uma profunda reflexão no governo e na sociedade, que permitisse identificar as causas e encontrar as necessárias e inadiáveis soluções.

Neste aspeto, diversos estudos do Ministério da Defesa Nacional, e dos três ramos das Forças Armadas, demonstram que subsistem causas transversais ao Exército, Força Aérea e Marinha, que estão a impedir não só um fluxo adequado do recrutamento, como estão a potenciar as saídas precoces dos militares da instituição castrense. Estas causas são, e por ordem de importância, os baixos salários, a falta de reconhecimento profissional, a reduzida valorização profissional, e a falta de expectativa de carreira.

De todas, a causa dos baixos salários destaca-se em todos os estudos e em todos os ramos, tendo sido a principal razão invocada para a falta de atratividade e desistência precoce da vida militar. Esta conclusão é de fácil compreensão se tivermos em consideração que os salários das posições hierarquicamente mais baixas são equivalentes ao Salário Mínimo Nacional, não sendo difícil ao setor privado, seja em que área for, oferecer melhores condições salariais que aquelas que oferecem as Forças Armadas. E perante isto, o que faz o PS? Nada! É esse o plano.

# AUMENTO BRUTAL DOS PREÇOS DEIXA MILHÕES NO LIMIAR DA POBREZA

por **Folha Nacional**

**A** inflação atirou mais famílias para uma situação de vulnerabilidade em 2022. Sete em 10 famílias têm dificuldades financeiras (8% em situação crítica). Governo teima em não adotar medidas para enfrentar esta realidade. A dificuldade em enfrentar as despesas com a alimentação sofreu o maior aumento (15%), seguindo-se as despesas com a habitação (5%) e a mobilidade (4%). Cerca de sete em cada 10 famílias portuguesas (74%) assume ter tido dificuldades financeiras em 2022,

de acordo com um barómetro divulgado pela DECO Proteste, esta semana. Há um dado preocupante: as despesas relacionadas com a alimentação. Destaca-se no estudo que “as famílias numerosas com, pelo menos, cinco membros, e as monoparentais continuam a ser os perfis familiares com mais dificuldades financeiras”. “Comparativamente a 2021, o Barómetro da DECO Proteste revela que a dificuldade em enfrentar as despesas com a alimentação sofreu o maior aumento (15%), seguindo-se as despesas com a habitação (5%) e a mobilidade (4%)”,

refere a organização de defesa do consumidor, em comunicado enviado às redações.

O estudo revela que “cerca de três quartos (74%) das famílias enfrentam, mensalmente, dificuldades financeiras, sendo que 8% se encontram em situação crítica: têm dificuldade em pagar todas as despesas ditas essenciais (mobilidade, alimentação, saúde, habitação, lazer e educação)”.

As principais parcelas que geram constrangimentos na gestão orçamental dos consumidores dizem respeito às despesas com o carro - combustíveis, manutenção e se-

guros (67%) -, alimentação - carne, peixe e alternativas vegetarianas (59%) -, férias grandes - viagens e estadias (57%) -, cuidados dentários (55%) e manutenção da casa - obras, remodelações (54%).

“Os resultados de 2022 não são animadores”, considera, Rita Rodrigues, Diretora de Comunicação e Relações Institucionais da DECO Proteste, citada na mesma nota, acrescentando: “É constatável que não houve uma melhoria efetiva das condições de vida dos portugueses nos últimos anos, e as consequências da guerra na Ucrânia puseram a nu todas as fragilidades

“ Não houve uma melhoria efetiva das condições de vida dos portugueses nos últimos anos e a guerra na Ucrânia pôs a nu todas as fragilidades da nossa economia e a debilidade económica da maioria dos agregados familiares ”

da nossa economia e a debilidade económica da maioria dos agregados familiares”.

O índice que mede a capacidade financeira das famílias atingiu o valor mais baixo desde há cinco anos - 42,1 (de 0 a 100; em que quanto mais elevado o número, maior a capacidade financeira para enfrentar as despesas mensais).

As três regiões do país onde se encontram as famílias mais afetadas pela subida generalizada dos preços e com mais dificuldades financeiras encontram-se no Alentejo, com 78%, na Região Autónoma dos Açores (77%) e no Algarve, com 74% dos agregados familiares.

Perante esta realidade, o Governo continua sem apresentar medidas que combatam eficazmente a inflação, nomeadamente nos bens alimentares que são de primeiríssima necessidade.

### Cabaz alimentar com aumento de mais de 20%

DECO Proteste analisou o preço de um cabaz alimentar e concluiu que, em fevereiro de 2022 custava 185 euros, mas, um ano depois, o mesmo cabaz chega aos 222 euros, o que significa que está 20% mais caro.

“Em 2022, 44% das famílias portuguesas assumiram a dificuldade em pagar as contas com os produtos alimentares, numa tendência que se agrava desde 2020, onde as famílias em apuros eram quase metade”, diz a DECO.

Mercearia, carne, peixe, vegetais e frutas são os produtos que os consumidores “têm cada vez mais dificuldades em pôr nas suas mesas”, sendo que “mais de metade dos agregados assumem que o preço crescente é um claro entrave à sua compra regular”.

### CHEGA propõe isenção de IVA para bens alimentares essenciais e limitar margens de lucro desses mesmos bens

O CHEGA propôs a isenção te porária de IVA dos Bens Alimentares Essenciais, como cereais, carnes, peixe fresco ou refrigerado, leite, ovos, azeite e frutas frescas no âmbito do orçamento de Estado para 2023, tendo também dado entrada posteriormente de um projeto de lei com o mesmo intuito. No entanto, foram ambas chumbadas pelo Parlamento.

Entretanto deu também entrada esta semana com uma proposta para limitar a 15% a margem de lucro da venda de bens alimentares essenciais durante seis meses, considerando que o preço dos alimentos atualmente constitui “um

assalto ao bolso dos portugueses”. Esta iniciativa visa fixar um “limite máximo de 15% na margem de lucro bruta” na venda de “bens alimentares do cabaz essencial” para “todos os grossistas e retalhistas de comércio alimentar”.

O CHEGA propõe assim que seja o Governo a determinar quais os bens alimentares que podem ser abrangidos e que a medida vigore por seis meses, “podendo a sua aplicação ser prolongada por igual período de tempo se as circunstâncias que deram origem à sua elaboração se mantiverem”.

Na apresentação desta medida, André Ventura considerou que o preço dos alimentos constitui “um assalto ao bolso dos portugueses”, porque “os preços estão absolutamente pornográficos face aos rendimentos” dos cidadãos.

O presidente do CHEGA sustentou que “na generalidade dos produtos ligados ao cabaz alimentar há um aumento na casa dos 30% do preço” ou mais, mas as pessoas “não sentiram da parte do seu rendimento um aumento dessa proporção”.

“Nós não podemos permitir que haja retalhistas com lucros na casa dos 200%, quando os portugueses dificilmente conseguem pagar o seu cabaz alimentar”, defendeu, indicando que a sua proposta é para que, “independentemente dos valores de aquisição e dos valores de venda, o lucro nunca pode ser superior a 15%”.

“A margem de lucro de 15% em bens essenciais parece-nos equilibrado. Não estamos a acabar com o lucro, também não estamos a matar completamente a atividade empresarial e estamos a proteger as pessoas, que neste momento é o mais importante porque há muitos cidadãos que não conseguem pôr comida na mesa”, salientou.

André Ventura afirmou que “o CHEGA defende o mercado livre e defende que as empresas têm que ter lucro, têm que pagar aos seus funcionários, têm que pagar os seus seguros, as suas instalações”, mas ressaltou que este é “um momento atípico”.

O líder do CHEGA defendeu que é necessário ponderar “todos os valores em causa”, nomeadamente “o direito das pessoas ao cabaz alimentar básico e ao mesmo tempo o direito das empresas ao lucro e a sua atividade económica” e encontrar um “equilíbrio entre preços, mas também entre responsabilidade das próprias empresas”.

André Ventura criticou o Governo, afirmando que “aparentemente anda a estudar, a estudar, a estudar e não propõe absolutamente nada” para controlar os preços dos bens alimentares.

A par deste projeto que já deu entrada no parlamento, o CHEGA vai propor também a audição da ministra da Agricultura para falar aos deputados sobre o combate ao desperdício alimentar.

\*com Agência Lusa

06

## entrevista da semana

## José Pacheco

## Deputado do Partido CHEGA nos Açores

José Pacheco nasceu em 1971 em Ponta Delgada. Despertou para a política ainda jovem e, em 1996, acabou por se filiar no CDS, partido de onde saiu em 2005. Designer gráfico de profissão, José Pacheco tem na música e na fotografia os seus maiores hobbies, não esquecendo a aquariofilia. No futebol, o seu coração divide-se entre o Benfica e o Santa Clara.

por **Folha Nacional**

### A Iniciativa Liberal decidiu, na semana passada, rasgar o acordo que a comprometia com o Governo Regional dos Açores. Na sua ótica, o que está por trás desta decisão inesperada?

Pareceu-me uma jogada estratégica que correu muito mal. Suponho que a visita do líder nacional da IL aos Açores foi a causa disto tudo. Uma ingerência na estratégia regional, numa altura pouco oportuna, que tinha tudo para não resultar. No meu entendimento, o líder nacional tentou aqui causar uma instabilidade e levar o CHEGA de arrasto, mas saiu precisamente ao contrário porque o CHEGA Açores já tinha dito querer estabilidade numa altura que está a ser difícil para as famílias e as empresas açorianas.

### Entende que o Governo Regional pode correr o risco de não cumprir o seu mandato?

Pode sempre correr esse risco se a esquerda se unir e a IL votar uma moção de censura. Já os desafiei a clarificar a posição deles, mas pelos visto preferem ser calculistas e cobardes politicamente.

### Como lhe parece que fica a reputação política da IL nos Açores depois desta jogada de alto risco?

Penso que fica muito mal na fotografia a IL, e não só, mas isto é algo com que só eles terão de lidar e pagar as consequências.

### Qual a possibilidade de o PS voltar a governar os Açores?

Possibilidade há sempre, espero é que tal não aconteça nas próximas décadas. O CHEGA fará tudo para evitar que tenhamos de novo o socialismo e os seus malefícios aqui nos Açores.

### André Ventura instou o Governo Regional dos Açores a apresentar uma moção de confiança, e o próprio José Pacheco desafiou a oposição a apresentar uma moção de censura, mas essa não foi a opção de José Manuel Bolieiro. Acha que esta indefinição prejudica a estabilidade governativa?

Penso que sim. É preferível haver uma clarificação do que andamos constantemente com esta "nuvem negra" sobre as nossas cabeças de que o governo pode cair a qualquer momento. O CHEGA não gosta deste estado de coisas e os açorianos muito menos.

### Como está o acordo que o CHEGA Açores assinou com o PSD Açores?

O que achamos mais prudente e melhor para os açorianos, é irmos fazendo uma análise passo a passo, negociando e limando arestas. Para



“Nas próximas eleições, o CHEGA terá uma dimensão tal que terá de estar no governo”

- José Pacheco

todos, inclusive para o CHEGA, isto é uma aprendizagem de trabalho entre várias sensibilidades políticas. Não se pode confundir estabilidade com o passar de um “cheque em branco”, algo que sempre recusei. É necessário entender que sempre levantei a questão de não podermos assinar algo sem perceber para onde vamos, o que queremos e como vamos fazer. Foi assim que aconteceu, mesmo com a minha discordância na altura. Suponho que para alguns, os interesses e agendas pessoais falaram mais alto.

### As exigências feitas pelo CHEGA e que constam do acordo assinado pelo PSD têm sido cumpridas?

Em certas ocasiões vão tentando cumprir connosco, não na plenitude como queríamos, mas vão dando sinais positivos neste sentido. Estamos satisfeitos? Claro que não estamos, falta muito diálogo e respeito pelos parceiros que apoiam esta solução. Uma das condições do acordo era precisamente garantir a informação e consulta mútua nas iniciativas legislativas, no entanto raramente isto tem acontecido o que achamos muito mau.

### O CHEGA também já ameaçou retirar o apoio ao Governo liderado por José Manuel Bolieiro. Qual é a diferença para com a posição da IL?

Quando o fizemos, fundamentamos com o não emagrecimento da máquina governativa - na altura tínhamos o maior governo da história dos Açores; a não criação do gabinete anticorrupção; o reduzir e fiscalizar a subsidiodependência nos Açores; a manutenção dos programas ocupacionais; o não terem feito uma aposta séria na formação profissional; a questão da privatização da SATA Internacional; o apoio à natalidade, etc., etc.. Na altura percebemos claramente que não era esta a rota correta que estavam a tomar e tivemos de a corrigir, ou não valeria a pena continuarmos a trilhar este caminho hipotecando ou adiando o futuro dos Açores.

### O CHEGA Açores voltaria a assinar um acordo semelhante?

Não me parece que assinasse algo tão abstrato e sem objetivos concretos ou temporais como aconteceu. Não entendo que seja algo

positivo para os açorianos. O entendimento que tenho, e sempre tive, sobre acordo escrito é de mais não ser do que uma tentativa de colocar uma mordacha ao CHEGA, algo que lhes correu muito mal desde que assumi a liderança regional. No meu entender, o acordo que o CHEGA deve assinar é com o povo dos Açores e com a vontade expressa nas urnas quanto às nossas propostas. No entanto, nas próximas eleições acredito que o CHEGA terá uma dimensão que exigirá que façamos parte da ação governativa. Se assim for, e penso que será mesmo, nesta altura mais que um acordo escrito precisamos todos de um forte compromisso em prol desta terra, sem falsos protagonismos ou guerras de egos. Quando tal acontecer vamos todos ganhar, especialmente os açorianos. Falta muita maturidade a muitos políticos que colocam sempre os interesses partidários acima dos das pessoas. Nós trabalhamos e governaremos para as pessoas, fazendo reformas que acabem com rotas enganadoras que levaram os Açores ao fundo da tabela da prosperidade portuguesa e europeia.



# Parlamento ao lado dos criminosos recusa perpétua para crimes monstruosos

Deputado do Bloco de Esquerda disse que se Bin Laden fosse vivo “seria militante do CHEGA”. Na resposta, André Ventura recordou Pedro Filipe Soares que é o BE quem tem terroristas das FP-25 nas suas fileiras, tendo até sido candidatos pelo partido em eleições autárquicas.

com Agência Lusa

O debate desta semana sobre a Revisão Constitucional ficou marcado por um ambiente quente e ânimos exaltados. Em causa, a proposta do Partido CHEGA para admitir na Constituição da República Portuguesa a possibilidade de aplicação da pena de prisão perpétua para crimes especialmente graves, sendo revista a cada 25 anos.

A proposta, que foi rejeitada pelos restantes partidos após duas horas e meia de reunião, visava incluir na Constituição uma exceção que permitisse a prisão perpétua em caso de “prática de crimes contra a vida ou contra a integridade física”, o que originou uma discussão acalorada e em termos que levou o deputado do Livre, Rui Tavares, a anunciar que irá propor uma reflexão na reunião de quarta-feira da Mesa e Coordenadores, por considerar que o tom nem sempre foi digno de uma co-

missão de revisão constitucional. O deputado e presidente do CHEGA, André Ventura, disse querer “aproximar Portugal de outros ordenamentos jurídicos europeus”, que preveem a prisão perpétua com revisões periódicas (de 25 em 25 anos, defende o partido na lei penal), e aludiu ao caso de uma criança que foi morta, na terça-feira, com uma arma branca, pelo avô. “No dia em que um avô matou à facada uma neta é um bom dia para discutir a prisão perpétua”, defendeu Ventura, declaração que mereceu o repúdio e classificações como “abjeta” ou “infeliz” pela maioria dos partidos. “É nos dias em que somos confrontados com os crimes que mais nos magoam que testamos o apego ao nosso Estado de direito”, disse Isabel Moreira. A deputada do PSD Mónica Quintela admitiu ter hesitado em dizer “apenas não” a esta proposta, mas considerou nunca ser de mais “refutar propostas populistas”. Numa segunda ronda, o líder do CHE-

GA apontou casos em que Portugal extraditou criminosos para países com prisão perpétua, e colocou um cenário hipotético, relativamente ao antigo líder da Al-Qaeda.

“Se Bin Laden tivesse sido apanhado em Portugal e ficado numa prisão portuguesa, em 2001 (ano dos atentados nos EUA) seria condenado a 25 anos. Já

**O presidente do CHEGA, André Ventura, acusou os restantes partidos, da esquerda à direita, de terem mais simpatia e preocupação por “homicidas e pedófilos do que pelas vítimas”**

estaria em liberdade e com sorte ainda conseguia algum subsídio do Estado. Alguém acha isto razoável?”, questionou. Na resposta, o líder parlamentar do BE, Pedro Filipe Soares, respondeu que “se Bin Laden estivesse vivo e vivesse em Portugal, provavelmente seria militante do CHEGA”, ao que André Ventura respondeu que é o Bloco

de Esquerda quem tem terroristas das FP-25 nas suas fileiras.

Ventura acusou os restantes partidos de terem mais simpatia por “homicidas e pedófilos do que pelas vítimas”.

Antes, a comissão discutiu alterações ao artigo relativo ao casamento e família, sobretudo a proposta de alteração do CHEGA que pretendia – mais uma vez sem apoio de nenhum partido – que ficasse na Constituição que o Estado não se pode imiscuir na relação entre pais e filhos.

O debate acabou por ‘resvalar’ para uma discussão sobre a disciplina de educação e cidadania, com o PS a defender que “a escola não pode ser neutra”.

Já a deputada do PCP, Alma Rivera, classificou como inférteis as discussões demoradas de artigos condenados pela esmagadora maioria ao ‘chumbo’, o que levou Ventura a salientar que o CHEGA é o terceiro maior partido e a apontar-lhe um de dois caminhos: “não discutir ou sair”. Pelo caminho ficará igualmente outra proposta do CHEGA que queria constitucionalizar que “apenas as pessoas maiores de idade podem contrair casamento”.



© D.R.

## Médicos do Hospital São Francisco Xavier apresentam demissão

por Agência Lusa

Os chefes de equipa de urgência de Medicina Interna do Hospital São Francisco Xavier, em Lisboa, apresentaram a demissão em bloco numa carta enviada ao conselho de administração do hospital, criticando a falta de soluções para os problemas do serviço. Na carta assinada por 16 assistentes hospitalares de Medicina Interna do Centro Hospitalar Lisboa Central (CHLO), a que a agência Lusa teve

acesso, os médicos afirmam que a crise que o Serviço de Urgência Geral (SUG) vive “é antiga e tem vindo a agravar-se nos últimos anos”. Já em julho do ano passado, a grande maioria dos subscritores anunciou a demissão por considerar que não estava devidamente assegurada a equipa para garantir a escala do mês de agosto. Os médicos afirmam na carta, que foi enviada também para a Ordem dos Médicos e para os sindicatos, que foram iniciadas na altura negociações com o atual conselho de administra-

ção com “o intuito de encontrar soluções que colmatassem as insuficiências denunciadas”, contudo, até agora nenhuma solução foi apresentada. “Nos últimos sete meses, apesar da disponibilidade do grupo de Assistentes Hospitalares (AH) de Medicina Interna para colaborar com a instituição que representa, nenhuma mudança estrutural foi proposta ou executada, pelo que o problema que motivou a comunicação prévia agravou-se, tal como antecipado”, afirmam os especialistas na missiva enviada.

### COMENTÁRIO DA SEMANA

#### Como é que se lança ao mar um navio com um motor avariado?

Os 13 militares da guarnição do NRP Mondego que formaram no cais, não cumprindo a ordem de largada para missão de acompanhamento de um navio russo, são o culminar de uma situação que já há muito se esperava. E não foi por falta de aviso por parte do CHEGA. Já tínhamos alertado que a Defesa Nacional não se compadece com promessas falhadas e palavreado oco.

Portugal é responsável por uma área marítima de busca e salvamento de 5 milhões de quilómetros quadrados. A verba necessária só para a manutenção do equipamento da Armada é de 80 milhões de euros, mas o Orçamento do Estado só atribui 47 milhões! O CHEGA avisou que a falta destes 33 milhões iria provocar o desgaste e a inoperacionalidade dos meios da Marinha, colocando em causa os compromissos com a NATO. O Governo ignorou. E a consequência fatal é passarmos pelo embaraço de ter um navio que não pode sair para o mar porque um motor não funciona e a sala das máquinas está alagada! Não se manda no tempo. Quem dá a ordem de saída de um navio com avarias acha que vai estar sempre mar chão e vento calmo? E se tudo corre mal e o navio naufraga e a tripulação se afoga? A triste realidade é que, por desleixo do Governo, o NRP Mondego tem limitações técnicas graves que comprometem a segurança do pessoal e o cumprimento da respectiva missão.

por Pedro Pessanha  
Deputado à Assembleia da República pelo CHEGA



## Alunos sem avaliações finais. Docentes retomam greve dia 27

por Agência Lusa

A plataforma informal que reúne nove sindicatos de profissionais de educação anunciou, esta semana, greves a partir do dia 27 a “todo o serviço extraordinário”, às avaliações finais, paragens por distrito e uma “grande concentração” e no dia 06 de junho pela recuperação do tempo de serviço congelado. Segundo Mário Nogueira, “a luta não para” enquanto este e outros “aspectos não forem resolvidos”. Em conferência de imprensa em Vila Nova de Gaia, distrito do Porto, o secretário-geral da Federação Nacional dos Professores (FENPROF), Mário Nogueira, garantiu que os professores “não se vão deixar calar

e que apresentaram uma proposta para “forçar o Ministério da Educação” a negociar já a pensar em 2024. No caso da data de 6 de junho de 2023, Mário Nogueira afirmou que, a manifestação coincide propositadamente com o tempo de serviço dos professores congelado (desde a Troika): seis anos, seis meses e 23 dias. Mário Nogueira anunciou ainda que os professores vão fazer pedidos de reuniões com todos os partidos políticos, que vão apresentar à Comissão Europeia uma queixa contra as “limitações impostas ao direito à greve” e uma outra queixa à Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outras formas de luta. “Ações de luta não vão faltar



© D.R.

para podermos pressionar o Governo a resolver problemas que estão a massacrar uma profissão em que há cada vez menos gente”, explicou Mário Nogueira. Recorde-se que os professores estão em greve desde dezembro, na altura com uma paralisação por tempo indeterminado convocada pelo Sindicato de Todos os Profissionais da Educação (STOP), que se mantém, em protesto contra a proposta do Governo para os concursos e colocação de professores. Entretanto, a plataforma sindical, que não inclui o STOP, convocou uma greve que se realizou por distritos durante 18 dias, culminando com uma manifestação no dia 11 de fevereiro, que juntou em Lisboa mais de 100 mil pessoas, de acordo com as estimativas da Fenprof.

# Detidos por favorecimento na Câmara Municipal de Torres Novas

Os detidos, uma mulher e dois homens, com idades entre os 62 e 68 anos - dois funcionários da Câmara Municipal de Torres Novas e um de uma empresa privada - serão presentes a tribunal para que lhes sejam aplicadas as medidas de coação tidas por adequadas.

com Agência Lusa

A Polícia Judiciária (PJ) esteve durante todo o dia de terça-feira nos serviços de Urbanismo da Câmara de Torres Novas, no distrito de Santarém, no âmbito de um processo que envolve dois

funcionários do município e um projetista externo. Fonte da autarquia disse à agência Lusa que os inspetores da PJ pediram acesso a computadores e levaram documentos, tendo os dois funcionários sido levados para interrogatório. Já segundo a RTP, foram detidos

uma mulher e dois homens, entre 62 e 68 anos, no âmbito da operação Constrói Primeiro que foi desenvolvida pelo Departamento de Investigação Criminal de Leiria e tem origem numa denúncia anónima feita no verão de 2021.

As situações em causa prender-se-ão com um eventual favorecimento e terão ocorrido em 2017/2018, acrescentou a mesma fonte.

À agência Lusa, o presidente da autarquia, Pedro Ferreira, do PS, limitou-se a confirmar a presença da PJ no serviço de Urbanismo, salientando que não foram visados eleitos, mas sim funcionários do município.

Ainda de acordo com o avançado pela RTP, os inspetores da PJ executaram cinco mandados de busca domiciliária, dois de busca não domiciliária e três de detenção.

À rádio Hertz, o autarca confirmou a detenção de dois funcionários - uma arquiteta e um fiscal -, bem como um projetista de uma empresa privada e garantiu que as detenções em causa dizem respeito a "questões individuais", razão pela qual as mesmas não envolvem a autarquia.



© Marinha Portuguesa

# Avaria em navio leva militares a recusar missão da Marinha

por Agência Lusa

Mais de uma dezena de militares do navio NRP Mondego, que se encontra na Madeira, recusaram-se no sábado a embarcar para cumprir uma missão, invocando falta de condições de segurança, o que levou a Marinha a considerar que os 13 operacionais "não cumpriram os seus deveres militares, usurparam funções, competências e responsabilidades não inerentes aos postos e cargos respetivos".

"Estes factos ainda estão a ser

apurados, e a disciplina e consequências resultantes serão aplicadas em função disso", referiu a Marinha numa nota enviada à Lusa.

De acordo com um documento elaborado pelos 13 militares, o NRP Mondego recebeu ordem para "fazer o acompanhamento de um navio russo a norte do Porto Santo", numa altura em que as previsões meteorológicas "apontavam para ondulação de 2,5 a 3 metros".

Segundo estes militares, o comandante do navio "assumiu, perante a guarnição, que não se sentia confortável em largar com as limitações técni-

cas" do navio, entre as quais constava o facto de um motor e um gerador de energia elétrica estarem inoperacionais. Acrescia ainda, de acordo com os militares, que o navio "não possui um sistema de esgoto adequado para armazenar os resíduos oleosos a bordo, ficando estes acumulados nos porões, aumentando significativamente o risco de incêndio". Na nota enviada à Lusa, a Marinha confirma que o NRP Mondego estava com "uma avaria num dos motores", mas refere que a missão era "de curta duração e próxima da costa, com boas condições meteo-oceanográficas".



## Portugal Real

### Combate às drogas nos Açores está abandonada há décadas

O CHEGA entende que só há um caminho para combater a toxic dependência na Região Autónoma dos Açores: a prevenção. O deputado do CHEGA nos Açores, José Pacheco, falava a propósito de um Projeto de Resolução apresentado pelo PS - "prevenção e combate às dependências estão a ficar para trás" - para explicar que perante o flagelo da toxic dependência "temos de tratar os que estão doentes e prevenir". O fenómeno das drogas sintéticas "tem criado um grave problema a quem as consome e às famílias, porque o dinheiro tem de aparecer para esses consumos" e é necessário dar rapidamente tratamento a quem as consome.

Depois, a aposta tem de ser na prevenção. Uma prevenção que tem de ser feita através do desporto, do bem-estar social e do bem-estar familiar. "Tratar é o fim do caminho, tal como o reprimir. Mas temos de o fazer. Reprimir é cada vez mais difícil, mas temos de fazer esse esforço para tratar e apostar fortemente na prevenção", destacou o parlamentar. José Pacheco alertou que houve um "perfeito abandono da prevenção" durante décadas na Região. No entanto, frisou, "estou aqui, como sempre estive e estarei, para evitar que as dependências escalem ainda mais e para promover atividades que promovam a prevenção".

### Proposta do CHEGA aprovada por unanimidade em Leiria

O deputado municipal do CHEGA em Leiria, Luís Paulo Fernandes, apresentou uma proposta de recomendação ao Executivo Municipal para que se efetuem diligências urgentes na defesa e prevenção da saúde pública. Em causa está o edifício da antiga Junta autónoma de estradas, DJAE, na freguesia de Marrazes. O edifício, constituído por vários polos e armazéns, tem mais de 1000 metros quadrados e é um iminente perigo para a saúde pública devido à presença de amianto/fibrocimento. Este perigo é ainda maior na medida em que o edifício alberga, atualmente, os militares do destacamento de intervenção da GNR.

Na recomendação apresentada - e que foi aprovada por unanimidade - o deputado municipal do CHEGA alerta para o facto de estar "devidamente comprovada, por estudos, a relação causal entre a exposição ao amianto e vários riscos cancerígenos como, por exemplo o cancro nos pulmões", razão pela qual não é admissível que os militares da GNR continuem a estar expostos a este tipo de fibras prejudiciais para a saúde. Luís Paulo Fernandes refere ainda, na exposição do projeto, que o caso foi denunciado pelo CHEGA há mais de um ano, não sendo ainda, contudo, conhecidas medidas cautelares da parte do executivo.

10

economia e finanças

# DECO apresenta 18 medidas para as famílias sobreviverem à crise alimentar em Portugal

© D.R.

O roteiro para sobreviver à crise foi elaborado pela Deco (Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor) e apresenta um conjunto de 18 medidas que vão desde a energia, à habitação, passando pelas comunicações eletrónicas e pelos produtos alimentares.

por **Agência Lusa**

**A** criação de um observatório de preços e a redução do IVA para 6% em todas as componentes da fatura de eletricidade e do gás são duas das dezoito sugestões do roteiro para sobreviver à crise elaborado pela Deco. Lançado quando se assinala o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, o roteiro da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (Deco) pretende incentivar o debate público sobre as condições de vida dos consumidores e assegurar a tomada de decisões que possam “promover o bem-estar social e económico dos cidadãos”, isto numa altura em que se sabe que são já 74% as famílias com dificuldades em pagar casa e alimentação, dos quais 8% estão mesmo em situação crítica, com dificuldades em pagar todas as despesas essenciais. Entre as 18 sugestões da Deco estão, na área da alimentação, a criação de um observatório que fiscalize a evolução dos preços dos bens, bem como das práticas comerciais e legislação que reforce a transparência e a obrigação de informação ao consumidor em produtos alvo de redução [quando reduzem as embalagens mantendo os preços].

O reforço da oferta de produtos de marca própria e nacionais, com especial enfoque num cabaz de bens essenciais, é outra das sugestões deste roteiro.

Na área da mobilidade, a Deco defende o direito ao reembolso por parte de titulares de passes em caso de greve, a criação de uma tarifa social para transportes públicos coletivos e a isenção de IVA no transporte ferroviário, incluindo no suplemento de bagagem pelo transporte de bicicletas e trotinetes.

Na habitação sugere incentivos fiscais e sociais “que garantam um verdadeiro equilíbrio e oferta no mercado”, a criação de “programas inclusivos” e adaptados às necessidades de todos os consumidores, que incluam o arrendamento e a aquisição de habitação própria e permanente, e menos burocracia no apoio ao desempenho energético.

Além da redução para 6% no IVA de todas as componentes da fatura da luz e gás natural, a Deco propõe a reavaliação dos critérios da tarifa social, tendo em consideração o atual contexto da inflação e o alargamento dos benefi-



ciários relativamente ao gás natural, assim como a simplificação e apoio à mudança de comercializador.

Já na área das comunicações eletrónicas, sugere a disponibilização, por parte dos operadores, de um pacote económico de serviços que inclua telefone (fixo e móvel), internet e TV (número reduzido de canais, mas de oferta variada), a preços reduzidos e sem contrapartidas.

Defende igualmente a interdição – com medidas temporárias – de aumentos anuais dos serviços de comunicações superiores à média ponderada da taxa de inflação dos últimos 10 anos, assim como a proibição do aumento dos preços e taxas aplicáveis a serviços postais durante este ano.

No roteiro para sobreviver à crise elaborado pela Deco há ainda sugestões como a aplicação obrigató-

ria da tarifa social por todas as entidades gestoras de abastecimento, saneamento e resíduos e a aplicação de tarifas de resíduos que premeiem quem separe para reciclar.

Com as soluções apresentadas neste roteiro, a Deco diz acreditar que as famílias “conseguirão ultrapassar a crise, assegurando a salvaguarda dos seus direitos e interesses por todos os setores da economia nacional”.

# Cabrita vai responder como arguido por morte em estrada



© portugal.gov.pt

com Agência Lusa

O ex-ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, vai mesmo responder como arguido na instrução no processo de atropelamento mortal de um trabalhador na Autoestrada A6.

A decisão surge depois de o Tribunal da Relação de Évora ter deferido um recurso da Associação dos Cidadãos Auto-Mobilizados (ACA-M).

Os juizes desembargadores do Tribunal da Relação de Évora (TRE) reuniram-se, na passada terça-feira, em conferência, e no portal do Citius passou a estar indicado que os magistrados consideraram “provido” o recurso.

O recurso foi interposto pela ACA-M na sequência da rejeição de requerimento de abertura de instrução (RAI) e pretende que o arguido Eduardo Cabrita, antigo ministro da Administração Interna (MAI), seja pronunciado para julgamento por um crime de ho-

micídio negligente, por omissão.

Recorde-se que Eduardo Cabrita se demitiu, após meses de polémica, do cargo de ministro da Administração Interna em dezembro de 2021, após a polémica em torno do acidente de viação do carro em que seguia em junho desse ano e vitimou mortalmente um trabalhador de uma obra em curso na A6, na zona de Évora.

O acidente, que teve lugar a 18 de junho de 2021 nesta autoestrada, que liga Marateca à fronteira do Caia, em Elvas (distrito de Portalegre), ocorreu “por volta das 13:00”, ao quilómetro 77, na zona do concelho de Évora, no sentido Évora - Lisboa, segundo divulgou na altura a GNR.

O então ministro Eduardo Cabrita regressava a Lisboa depois de uma visita a Portalegre.

Nuno Santos, funcionário de uma empresa que realizava trabalhos de manutenção na A6, no concelho de Évora, foi atropelado mortalmente pelo automóvel oficial do governante.

# Mais um! Autarca socialista de Gavião condenado a perda de mandato por abuso de poder

por Agência Lusa

O presidente da Câmara de Gavião, José Pio, foi condenado pelo Tribunal de Portalegre a dois anos e meio de prisão, com pena suspensa, e a perda de mandato por um crime de abuso de poder.

Em declarações à agência Lusa, José Pio, eleito pelo PS, revelou que, após esta decisão do tribunal de 1.ª instância, o recurso da sua defesa “já está a ser preparado”, mantendo-se, desta forma, em funções na Câmara de Gavião.

Além do presidente da Câmara de Gavião, foi também arguido neste processo, relacionado com a construção de uma piscina em zona de Rede Ecológica Nacional (REN), o vice-presidente da autarquia, António Severino, que foi absolvido.

De acordo com o presidente do município, a cumprir o terceiro e último mandato, este caso surge na sequência da apresentação de uma queixa contra a câmara relacionada com a construção de uma piscina no Alamal River Club, naquele concelho alentejano.

A queixa, indicou o autarca, foi apresentada ainda no anterior

mandato por um vereador da oposição, eleito pelo PSD.

Segundo José Pio, a obra em causa foi desenvolvida em zona REN e “não tinha” parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Alentejo.

“Nós fizemos a obra e só depois apareceu a queixa. Era uma obra de fraca relevância urbanística, num sítio que já estava na zona de uma pousada. Não pensávamos que havia [necessidade de] parecer da CCDR e é a falta de parecer da CCDR que motivou isto”, explicou.

No Facebook, José Pio acrescentou que respeita a decisão do tribunal, mas não concorda com a mesma, acrescentando que se mantém de consciência “perfeitamente tranquila” e argumentando que agiu de “boa-fé e exclusivamente em prol do interesse público”.

José Pio sublinhou ainda que, da sentença judicial proferida hoje, “não resulta qualquer constrangimento” para o exercício enquanto presidente da Câmara de Gavião.

“Sempre fui, e continuarei a ser, o presidente que, com empenho e



© Facebook | José Pio

dedicação, mantereí a caminhada rumo ao progresso e, seguramente, continuarei a

fazer conquistas para a nossa terra e para a nossa gente”, acrescentou.

# TAP: Marcelo espera que decisão tenha “fundamento jurídico legal”

O Governo exonerou, a 6 de março, o presidente do Conselho de Administração e a presidente executiva da TAP, Manuel Beja e Christine Ourmières-Widener, na sequência do relatório da IGF sobre a saída de Alexandra Reis da companhia aérea portuguesa.

por Agência Lusa

O Presidente da República escusou-se, na quarta-feira, a responder se concorda com as exonerações na TAP decididas pelo Governo, mas disse esperar que a decisão da Assembleia Geral da empresa tenha “fundamentação jurídica legal”. Em declarações aos jornalistas, em Belém, Lisboa, Marcelo Rebelo de Sousa voltou a criticar em termos

jurídicos o acordo negociado com recurso a escritórios de advogados que levou a TAP a pagar 500 mil euros à ex-administradora Alexandra Reis e sugeriu que “quem se fundou nessa opinião deve fazer uma reflexão sobre se para o futuro é bom ou não ter apoios jurídicos que levam àquelas conclusões”. Interrogado se defendeu perante o Governo a saída da presidente da Comissão Executiva da TAP, Christine Ourmières-Widener, e se



© Presidência da República

concorda com a sua exoneração, o chefe de Estado não respondeu e referiu que como chefe de Estado não tem “nenhuma competência constitucional” nesta matéria. Questionado, em seguida, se concorda com as exonerações de Christine Ourmières-Widener e presidente do Conselho de Administração da TAP, Manuel Beja, decididas pelo Governo, com a invocação de justa causa, e se considera que há base para isso, o Presidente da República não quis dar a sua opinião. Marcelo Rebelo de Sousa salientou que “isto é o início do processo” e que “a entidade competente para decidir é a Assembleia Geral” e acrescentou que espera que a decisão da Assembleia Geral tenha “uma fundamentação jurídica legal”. “Como sabem, a fundamentação jurídica do acordo a que se chegou relativamente àquela gestora [Alexandra Reis] na minha opinião era abstrusa”, reiterou. O Governo exonerou, a 6 de março, o presidente do Conselho de Administração e a presidente executiva da TAP, Manuel Beja e Christine Ourmières-Widener, na sequência do relatório da IGF sobre a saída de Alexandra Reis da companhia. Nesta senda, Luís Rodrigues, que era o presidente da SATA, foi nomeado para ocupar o cargo de CEO da TAP.

# CHEGA quer superar PSD em votos nas próximas legislativas

André Ventura garantiu que a luta do CHEGA, “nos próximos anos, tem de ser a de mostrar aos portugueses que somos a alternativa que verdadeiramente queriam”, garantindo que o objetivo a breve trecho é o de liderar um governo de direita em Portugal.

por Agência Lusa

O presidente do CHEGA colocou como fasquia superar o PSD em número de votos nas próximas eleições legislativas e liderar o próximo Governo de Portugal sem necessitar da Iniciativa Liberal (IL). “Nada nos impede, e a história recente europeia mostra isso bem, que se estivermos nos 12, 14 ou nos 15% como estamos nalgumas sondagens, possamos galgar a margem que ambicionamos e superar o PSD em votos nas próximas eleições”, disse André Ventura no 13.º Conselho Nacional do CHEGA, que decorreu em Cantanhede, no distrito de Coimbra.

O dirigente partidário comentava desta forma a entrevista do Presidente da República, que afirmou existir uma maioria aritmética de direita em Portugal, mas não política, e que as atuais intenções de voto no PSD indiciam “uma alternativa fraca na liderança”. Numa mensagem para o interior do partido, André Ventura lançou o repto aos dirigentes e militantes para que “deixem de pensar como é que vamos fazer o acordo com o PSD, se eles vão aceitar ou não, ou que ministérios e que tipo de políticas vamos fazer”. “A nossa luta não é essa. A nossa luta nos próximos anos tem de ser a de mostrar aos portugueses que somos a alternativa que verdadei-



© Folha Nacional

ramente queriam e não se o PSD e o CHEGA se vão entender ou se o PSD vai permitir que o CHEGA seja parceiro de Governo”, sublinhou. Bastante aplaudido, o presidente do CHEGA afirmou que o partido “vai ser o mais votado das próximas eleições legislativas e liderar esse Governo de direita em Portugal”, salientando que não precisam da IL “para nada”. “Desde quando vamos precisar da

IL para alguma coisa”, enfatizou. Numa análise à situação política do país, André Ventura voltou a criticar o “passa culpa” de PS e PSD na questão financeira da TAP e lembrou que o CHEGA foi o primeiro partido a propor uma comissão de inquérito para analisar a situação. O líder do CHEGA voltou a defender penas mais duras para pedófilos ou abusadores de crianças, a propósito

dos recentes casos divulgados no seio da Igreja Católica Portuguesa, considerando que “pedófilo bom é pedófilo preso”, mas realçou também as responsabilidades do Estado no antigo processo da Casa Pia. Sobre a subida do preço dos alimentos, Ventura criticou as margens de lucro “inaceitáveis” e apelou a uma fiscalização sem tréguas nos preços dos produtos alimentares.

# Antiga ministra do Equador condenada por corrupção fugiu da embaixada argentina

por Agência Lusa

**M**aría de los Ángeles Duarte, ex-ministra dos transportes e obras públicas durante o governo de Rafael Correa, estava refugiada na embaixada Argentina em Quioto desde o ano de 2020 quando foi emitido um mandado de captura pelo crime de corrupção.

O Governo do Equador revelou que a antiga ministra María de los Ángeles Duarte fugiu da embaixada argentina em Quioto, onde estava refugiada há mais de dois anos e meio após uma condenação por corrupção.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros equatoriano disse que foi lançada uma operação policial para tentar capturar Duarte, que ocupou a pasta das Obras Públicas entre 2015 e 2017, durante o Governo de Rafael Correa (2007-2017).

“Assim que o facto foi conhecido, a Polícia Nacional ativou os protocolos de busca e captura da senhora Duarte, condenada por atos de corrupção”, acrescentou o ministério, num comunicado. O comunicado refere que foi o homólogo argentino, Santiago Cafiero, a alertar o Equador da fuga de Duarte “sem o conhecimento do pessoal da embaixada que mantinha a fugitiva da justiça equatoriana sob sua jurisdição”.

O Equador “apresentou uma recla-



mação veemente à Argentina e exigiu a entrega de informações”, disse o ministério, que garantiu que “tomará as medidas mais apropriadas perante este incidente”. O Presidente argentino, Alberto Fernández, anunciou em dezembro a decisão de conceder asilo a Duarte, refugiada na embaixada da Argentina em Quioto com o filho menor desde 12 de dezembro de 2020.

No entanto, o Governo do conservador Presidente equatoriano Guillermo Lasso rejeitou conceder a Duarte o salvo-conduto que permitiria que ela deixasse o Equador e fosse para a Bélgica sem ser detida. O escritório belga de advogados que defende o antigo presidente Rafael Correa, também condenado por corrupção, afirmou que o Governo de Lasso teria viola-

do o direito internacional ao negar um salvo-conduto para que Duarte fosse para a Argentina.

O escritório belga lus Cogens, que também lidera a defesa de vários acusados de corrupção, defendeu que “a Argentina tinha o direito e o dever de conceder asilo a María de los Ángeles Duarte”, que em 2020 foi condenada a oito anos de prisão.

# China elegeu Li Qiang como o seu novo primeiro-ministro

por Agência Lusa

**N**a sessão da Assembleia Popular Nacional do passado sábado, em Pequim, Li Qiang, de 63 anos, foi eleito por maioria absoluta o novo primeiro-ministro chinês, sendo o sucessor do antigo primeiro-ministro Li Keqiang, que ocupava este cargo desde 2013.

A China elegeu Li Qiang como novo primeiro-ministro, considerado um dos aliados mais próximos do Presidente chinês, Xi Jinping.

Numa sessão da Assembleia Popular Nacional, no Palácio do Povo, em Pequim, Li Qiang, o único candidato ao cargo, recebeu 2.936 votos a favor, três contra e oito abstenções, sucedendo assim a Li Keqiang, que ocupava o cargo desde 2013.

Li Qiang, de 63 anos, tornou-se mais conhecido por ter imposto um brutal bloqueio em Xangai (leste), na primavera passada, ao abrigo da política “zero covid”, enquanto

chefe do Partido Comunista Chinês (PCC) no centro financeiro do país, onde os residentes se queixaram de falta de acesso a alimentos, cuidados médicos e serviços básicos. O primeiro-ministro chinês é o chefe do Conselho de Estado. O cargo está tradicionalmente associado à gestão quotidiana do país e à condução da política macroeconómica. Li Qiang, que foi promovido ao segundo lugar no PCC, no congresso do partido em outubro, não tem experiência a nível do governo central, ao contrário de quase todos os antigos primeiros-ministros. No entanto, tem experiência em governos locais, tendo ocupado posições de liderança nas ricas províncias costeiras de Zhejiang (leste) e Jiangsu (leste). Li Qiang foi chefe de gabinete de Xi Jinping, enquanto líder do partido em Zhejiang, entre 2004 e 2007. As rápidas promoções de Li, desde então, refletem o elevado nível de confiança nele depositado pelo lí-



der da China, reeleito para um terceiro mandato de cinco anos na sexta-feira. Li Qiang toma posse numa altura em que a segunda maior economia do mundo enfrenta uma forte desaceleração, enfraquecida por quase três anos da inflexível estratégia de controlo da covid-19. Para 2023, o governo fixou um objetivo de crescimento do produto interno bruto (PIB) de “cerca de 5%”, um dos mais baixos em décadas. Como primeiro-ministro, Li será encarregado de reavivar uma economia ainda a emergir da pandemia da covid-19 e confrontada com uma fraca procura global de exportações, aumentos de tarifas dos Estados Unidos, uma mão-de-obra cada vez mais reduzida e uma população envelhecida. Assume o cargo numa altura em que a autoridade do primeiro-ministro e do Conselho de Estado têm vindo a sofrer uma erosão constante à medida que Xi transfere mais poderes para organismos diretamente sob controlo do PCC, no poder.

# Autor de atentado do Daesh em Nova Iorque condenado a perpétua

por Agência Lusa

O autor de um atentado terrorista em nome do grupo Estado Islâmico em Nova Iorque, que matou oito pessoas em 2017, foi condenado a prisão perpétua, fez saber a justiça norte-americana.

O júri não alcançou a unanimidade para condenar o uzbeque Sayfullo Saipov à pena de morte.

Saipov tinha sido considerado culpado no final de janeiro pela morte de oito pessoas.

No Halloween de 2017, Sayfullo Saipov investiu a carrinha contra quem passava numa ciclovia movimentada em Manhattan, causando muitos feridos e matando oito pessoas, incluindo cinco argentinos e um belga.

Depois de ter sido considerado culpado, o júri teve que decidir se aplicaria a pena de morte, conforme solicitado pelo Departamento de Justiça, ainda durante a administração do ex-Presidente Donald Trump (2017-2021).

No entanto, a pena capital deve ser

pronunciada por unanimidade e, caso contrário, o réu cumpre automaticamente prisão perpétua.

Em comunicado, o Departamento de Justiça sublinhou que Saipov passará o resto da sua vida na prisão "sem possibilidade de sair sob fiança".

Em 08 de março o júri iniciou as deliberações e, de acordo com o portal Law&Crime, este concordou que as 22 horas diárias passadas numa cela de isolamento desde a detenção do réu constituíam uma circunstância atenuante, embora não fossem unânimes sobre se acreditavam que este voltaria a cometer crimes violentos enquanto estivesse na prisão.

Este foi o ataque mais mortal em Nova Iorque, depois dos atentados de 11 de setembro de 2001.

Sayfullo Saipov reconheceu ser o autor de uma mensagem escrita em árabe que fazia referência ao autoproclamado EI, encontrada, a par com uma bandeira do grupo extremista, junto da carrinha utilizada no ataque ocorrido perto do memorial do World Trade Center.



# Tribunal Penal Internacional inicia procedimentos contra a Rússia por crimes de guerra

por Agência Lusa

O Tribunal Penal Internacional (TPI) vai iniciar dois processos por alegados crimes de guerra contra a Rússia no contexto da invasão da Ucrânia emitindo várias ordens de prisão, segundo o jornal New York Times.

De acordo com o jornal, os casos estão relacionados em concreto com o suposto "sequestro de crianças ucranianas" e com o "ataque deliberado contra infraestruturas civis" da Ucrânia.

O New York Times cita fontes do TPI relacionadas com "as últimas decisões". As fontes não foram identificadas por estarem impedidas de se pronunciarem publicamente sobre o assunto.

Estas são as primeiras acusações internacionais desde 24 de fevereiro de 2022, a data da nova invasão da Ucrânia pelas forças russas e, segundo o jornal, "são resultado" do trabalho das equipas de investigação sobre crimes de guerra.

As investigações prolongaram-se durante vários meses e concentram-se sobretudo "no sequestro de crianças e de adolescentes ucranianos" e que foram enviados

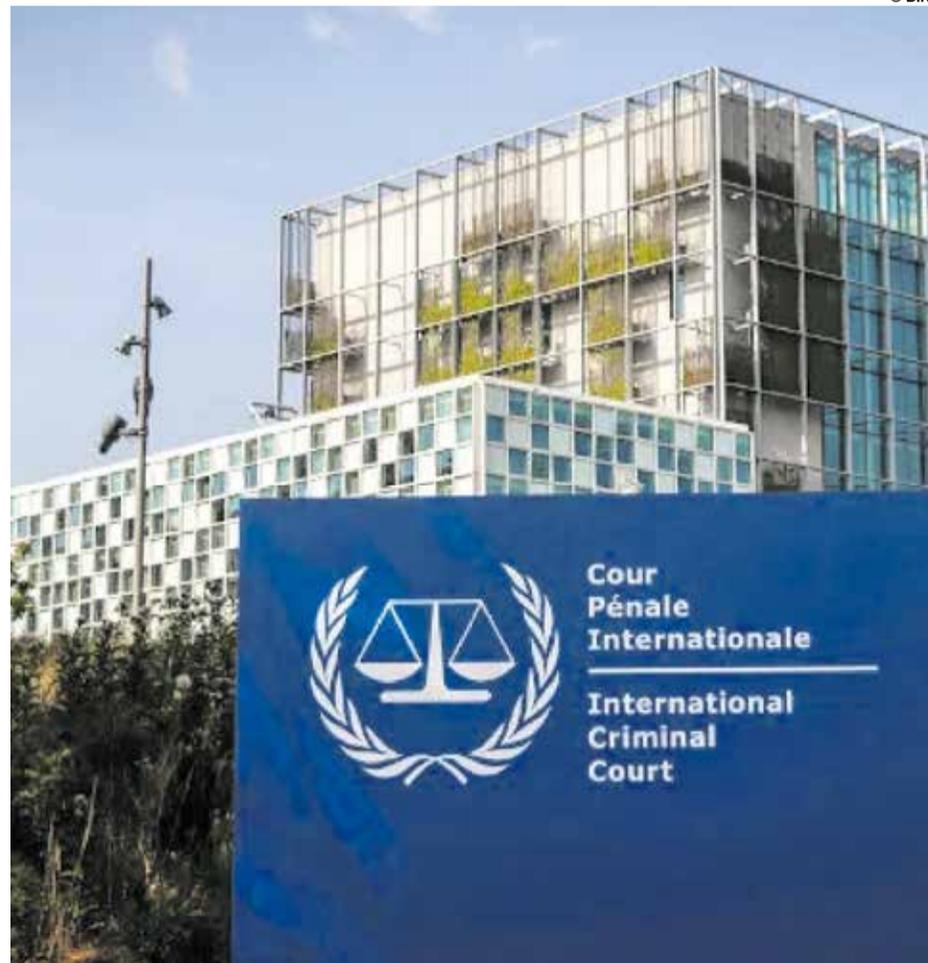
para campos de "reeducação russos", além dos ataques deliberados contra equipamentos civis.

O Procurador Karim Khan do TPI deve primeiro apresentar o caso aos juizes de instrução sendo que os investigadores ainda se encontram a trabalhar na recolha de provas para depois, caso reúnam as supostas evidências, sejam emitidas as eventuais ordens de prisão.

O Kremlin nega as acusações de crimes de guerra, mas, segundo a notícia publicada, os investigadores internacionais e ucranianos "reuniram provas sólidas de uma série de atrocidade desde o primeiro dia da invasão", 24 de fevereiro de 2022.

De acordo com instituições internacionais de justiça, tanto a Ucrânia como a Rússia não são partes do Estatuto de Roma. Mesmo assim, nos termos do artigo 12(3) do Estatuto, um Estado que não é signatário pode apresentar uma declaração aceitando a jurisdição do TPI.

O Tribunal de Haia pode julgar "os crimes de guerra e contra a humanidade" cometidos em solo ucraniano pelas forças russas, mas, neste momento, o TPI não tem competências para se pronunciar sobre "a invasão".



## Inauguração da Temporada Taurina em Santarém

por **Folha Nacional**

A Praça de Touros Celestino Graça, em Santarém, inaugura a sua temporada Tauromáquica já no próximo dia 19 de março pelas 16 horas. A corrida inaugural, organizada pela Associação Sector 9, terá como protagonistas os ilustres touros Murteira Grave para o grande mano-a-mano entre Francisco Palha e João Moura Jr. Para pegar estarão presentes os forcados de Santarém e de Évora.

Os bilhetes já se encontram disponíveis na Ticketline, no Posto de Turismo de Santarém e no Campo Pequeno. A associação Sector 9 já apresentou mais duas corridas, ambas em junho, durante a Feira Nacional da Agricultura. Recorde-se que a Monumental Celestino Graça é a maior praça de touros do país, com cerca de 11 mil lugares.

## Entrada gratuita no Aquário Vasco da Gama por um mês

por **Agência Lusa**

O Aquário Vasco da Gama vai oferecer durante este mês entradas a visitantes que têm no primeiro nome a palavra 'mar', no âmbito das comemorações do seu 125.º aniversário, anunciou a Marinha Portuguesa. Localizado na Cruz Quebrada-Dafundo, no concelho de Oeiras, o Aquário Vasco da Gama foi inaugurado em 20 de maio de 1898. "Nesta visita poderão conhecer a história do Aquário, como também observar e obter mais informação acerca da diversidade de fauna e flora, podendo desta forma ser uma oportunidade para ficarem a ter um conhecimento mais completo sobre o Aquário", acrescenta o comunicado. Pretendendo cativar o interesse pelo Aquário, a Marinha recorda que esta atividade ligada ao mar "não apresenta limite de vagas".

## Mundial2030: Marrocos com Portugal na organização

por **Agência Lusa**

O Rei de Marrocos, Mohammed VI, anunciou que o seu país se vai juntar a Portugal e Espanha, que estavam alinhados com a Ucrânia, na candidatura à organização do Mundial de futebol de 2030. Em Kigali, no Ruanda, onde decorreu o Congresso FIFA, Mohammed VI anunciou uma candidatura "sem precedentes na história do futebol, que vai unir África e Europa, o norte e o sul do Mediterrâneo, e os mundos africano, árabe e euro-mediterrâneo", trazendo "o melhor de todos". Portugal e Espanha tinham anunciado uma candidatura ibérica à organização do Mundial2030, à qual se juntou a Ucrânia depois da invasão russa, mas o rei marroquino não fez referência aos ucranianos, deixando antever que este país saia do projeto.

# Mimicat representará Portugal no Festival Eurovisão da Canção

© Facebook | Mimicat



por **Agência Lusa**

A cantora Mimicat, com a música 'Ai Coração', venceu o Festival da Canção e vai representar Portugal no Festival Eurovisão da Canção, previsto para maio em Liverpool, Reino Unido. Mimicat é o nome artístico da cantora portuguesa Marisa Mena, de 38 anos, que se candidatou ao Festival da Canção, submetendo 'Ai Coração'. A cantora já tinha participado em 2001 numa das semifinais do festival, com o nome Izamena. Mimicat vai representar Portugal no 67.º Festival Eurovisão da Canção, cuja final está marcada para 13 de maio em Liverpool, no Reino Unido. A final é antecedida por duas semifinais nos dias 09 e 11 de maio e Portugal está na primeira semifinal. Na final do Festival da Canção, que se realizou no último fim-de-

-semana, em Lisboa, competiram 13 canções: 'Encruzilhada' (composta e interpretada por Churky), 'Nasci Maria' (Cláudia Pascoal), 'Viver' (SAL), 'Ai Coração' (Mimicat), 'Contraste Mudo' (You Can't Win Charlie Brown), 'Endless World' (Neon Soho), 'Sapatos de Cimento' (composta por Quim Albergaria e interpretada por Esse Povo), 'Povo' (Ivandro), 'A festa' (Edmundo Inácio), 'Goodnight' (Bárbara Tinoco), 'Tormento' (Voodoo Marmalade), 'Fim do mundo' (Inês Apenas) e 'World needs therapy' (Dapunksportif). Na votação do júri regional, houve um empate entre as canções de Mimicat e de Edmundo Inácio, mas na votação do público, os 12 pontos foram para a canção 'Ai Coração'. A final do Festival da Canção contou com atuações de Salvador Sobral, Maro, David Fonseca e dos Jesus Quisto, a banda que nas-

ceu da série de ficção 'Pôr do Sol', transmitida pela RTP. Em 2022, Portugal participou na Eurovisão com 'Saudade, Saudade', composta e interpretada por Maro, tendo ficado em nono lugar. A vitória da Eurovisão em 2022 coube à Ucrânia com a canção 'Stefania', pelo grupo Kalush Orchestra. A Ucrânia deveria ser este ano o país anfitrião do festival, mas por causa da invasão militar da Rússia no país, a organização decidiu que a cerimónia seria no Reino Unido, em Liverpool. Portugal participou no Festival Eurovisão da Canção pela primeira vez em 1964 e venceu pela primeira e única vez em 2017, com 'Amar pelos dois', interpretado por Salvador Sobral e composto por Luísa Sobral. Na sequência da vitória, Lisboa acolheu, no ano seguinte, o concurso.

# Últimas

## Imagens de André Ventura e Cristina Ferreira usadas para promover fraude

André Ventura surgiu em várias imagens na internet a remeterem para um site falso onde se forja uma entrevista ao líder do CHEGA feita por Cristina Ferreira. As imagens aparecem com vários títulos bombásticos como "André Ventura banido da televisão" ou "Caos - Fontes próximas a André Ventura. Rumores confirmados", parecendo tratar-se do Jornal de Notícias. Ventura afirmou ao Folha Nacional que vai denunciar o esquema às autoridades.

## Falência do banco norte-americano SVB lança o pânico mundial na banca

O fim súbito do banco Silicon Valley Bank (SVB) criou um movimento de pânico no setor bancário, com os investidores a questionarem-se sobre as consequências da maior falência bancária nos EUA desde 2008. O banco não resistiu às retiradas massivas de fundos por parte dos seus clientes, pelo que as autoridades norte-americanas assumiram o controlo da instituição e entregaram a sua gestão à agência que garante a segurança dos depósitos.

## Parlamento reaprecia diploma sobre a eutanásia no próximo dia 31 de março

O diploma sobre a eutanásia vai ser reapreciado em plenário da Assembleia da República no dia 31 de março, decidiu esta semana a conferência de líderes. O anúncio foi feito pela porta-voz da conferência de líderes no final da reunião. No mesmo dia, o texto será sujeito a votação. É a quarta vez que este diploma vai a votação, já tendo sido travado duas vezes pelo TC e outra pelo veto político do Presidente da República.

## Pedro Soares poderá ser o adversário de Mortágua à liderança do Bloco de Esquerda

A decisão terá sido tomada no passado sábado, por subscritores de uma moção apoiada por 410 militantes críticos da atual direção do partido. O antigo deputado Pedro Soares será adversário de Mariana Mortágua à liderança do Bloco de Esquerda (BE), segundo reporta a SIC Notícias. O nome terá sido o escolhido para ser o principal porta-voz da Moção E, apoiada por 410 militantes críticos da atual direção do partido, segundo reporta a estação televisiva, que cita fontes oficiais do movimento.

## Meteorologia



## Desporto 25ª JORNADA DA LIGA BWIN

18MAR 18h00 Estádio S.L. Benfica S.L. Benfica x Vitória S.C.	19MAR 18h00 Estádio Mun. Braga S.C. Braga x F.C. Porto	05ABRIL 20h15 Estádio de Barcelos Gil Vicente x Sporting C.P.
--	--	---

## Insólito

## Treinador dá palestra em berma de estrada após avaria de autocarro



© Facebook | Paulo Solá

Há fotografias que valem mais do que mil palavras e esta é uma delas. Mas, ainda assim, vamos contar a história. O equipa do Sporting de Pombal seguia num autocarro, na A8, a caminho de Peniche para defrontar a equipa local num jogo da Divisão de Honra da Associação de Futebol de Leiria, quando o veículo avariou. Com o tempo a começar a escassear, o treinador da equipa, Pedro Solá decidiu fazer a palestra do jogo ali mesmo, na berma da A8. Tal como se vê na imagem que o próprio

técnico partilhou nas suas redes sociais, os jogadores estavam sentados em zona segura, longe da berma da estrada, a ouvir atentamente as palavras de Pedro Solá enquanto esperavam o transporte de substituição para os levar até Peniche. Mas a pouca sorte não se ficou por aqui. Apesar de a equipa de Pombal ter derrotado o anfitrião por duas bolas a zero, três jogadores da equipa de Solá lesionaram-se e, no regresso a casa, a viatura de substituição acabou também por avariar.

## Pergunta da Semana

## Deve o Governo isentar de IVA os bens alimentares essenciais?

Sim  Não



Capture o código QR e responda online

POR  
**Patrícia de Carvalho**  
Diretora Adjunta do Folha Nacional



Capture o código QR e acompanhe online >



www.folhanacional.pt

**N**

O FOLHA NACIONAL É UMA PUBLICAÇÃO SEMANAL EM FORMATO IMPRESSO, PROPRIEDADE DO PARTIDO CHEGA. ACOMPANHA A MATRIZ DO JORNALISMO EUROPEU, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DO COMBATE À CENSURA POSITIVA OU NEGATIVA E DA LUTA PELA MELHOR INFORMAÇÃO E MELHORES CONTEÚDOS. MARCA UM PENSAMENTO DE DIREITA CONSERVADORA NAS TRADIÇÕES, PROGRESSISTA E AO MESMO TEMPO PATRIÓTICA EM MATÉRIA ECONÓMICA. NUMA PREMISSE DE QUE A ECONOMIA DEVE FUNCIONAR SEM RESPEITEM OS VALORES FUNDAMENTAIS DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA, ASSENTES NA TRADIÇÃO JUDAICA-CRISTÁ.

DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUB DIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA EMAIL GERAL@FOLHANACIONAL.PT TELEFONE (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) +351 21 396 12 44 MORADA DA REDAÇÃO (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) RUA MIGUEL LUIZI, Nº 12, 1200-725 LISBOA SÍTIO OFICIAL FOLHANACIONAL.PT TIRAGEM SEMANAL 5 000 UNIDADES